

Gestão Pública

& Desenvolvimento

Ano XXV / T II / R\$ 14,80 / Nº 140 / Março de 2023



FOCO NA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Os ministros do governo Lula enfatizaram que este mandato dará prioridade à valorização dos funcionários públicos, à reconstrução da máquina administrativa e ao diálogo permanente com várias categorias profissionais



Uma leitura das ações políticas e governamentais sob a ótica da sociedade



Gestão Pública

GOVERNO  SOCIEDADE & Desenvolvimento

O cidadão elege os parlamentares e governantes.
A sociedade financia o serviço público e o desenvolvimento do país



Fundadores

Francisco Alves de Amorim

João Batista Cascudo Rodrigues (In Memoriam)

Conselho Editorial

Francisco Alves de Amorim – Presidente

Ricardo Wahrendor Caldas – Professor – UnB

João Bezerra Magalhães Neto – Administrador

José Osmar Monte Rocha – Professor
universitário e Auditor/MF (Aposentado)

Diretor de Comunicação e Distribuição

Geilson Barros Coelho

Diretora Administrativa

Mirielle Fideles Alves Coelho

Diretor Nacional de Comunicação

Dantas Filho

Departamento Jurídico

Ramiro Laterça de Almeida

Relações Institucionais

Eraldo Pinheiro de Andrade

Editor-Chefe

Sionei Leão

Jornalistas

Momo omomo momomomomomo

Editor de arte/Diagramação

Elton Mark

Colaboradores/articulistas

Carlos Cardoso de Oliveira Júnior, Hulda Rode,

Marcelo Gomes, Roseann Kennedy

Revisão

Ana Seidl

Editor de Fotografia

Luiz Antônio

Atendimento e Redação

revistagestaopublica@uol.com.br

Publicação: Mensal

Circulação: Nacional

Brasília

SCLN 104 – Bloco D – Sala 104 – 70.733-540 – Brasília-DF

Telefax.: 55.61. 32016018 – 9972 6018

Site: www.revistagestaopublica.com.br

Sucursal São Paulo

Diretor: Cristovan Grazina (licenciado)

Diretor comercial: Nilton Zanca

Diretor Região Norte: Edson Oliveira

Secretário-Executivo: Luiz Alberto Corrêa

Rua Anhanguera 697 – Barra Funda – SP

CEP: 01.135.000

Representantes

Belo Horizonte/MG – Márcio Lima -Tel.: 319986-4986

Rio de Janeiro/RJ – Rizio Barbosa – Tel.: 21 2222-2414

Natal/RN – Tania Mendes -Tel.: 84 9991 1111

Salvador/BA – Eliezer Varjão – Tel.: 71 91650547

ISSN 0103-7323

Registrado no 1º. Ofício de Registro Cível das

Pessoas Naturais e Jurídicas – Brasília- DF

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores. São reservados os direitos inclusive os de tradução. É permitida a citação das matérias, desde que identificada a fonte.

CARTA AO LEITOR

Um ano de prioridade a gestão pública

Este ano que ora se inicia terá como prioridade de norte a sul do país o tema da gestão pública. A começar pelos primeiros passos do terceiro mandato de um presidente da República, conquistado por Luiz Inácio Lula da Silva, fato inédito na história dessa nação.

Vigora internacionalmente um alerta e orientação a respeito da importância dos 100 primeiros dias da administração. Essa relevância é uma tradição herdada da atuação do ex-presidente americano Franklin Delano Roosevelt, que aprovou no período 76 projetos de lei e emplacou uma série de ações regulatórias para conter a crise que assolava o país, tornando-se referência para líderes em todo o mundo de 1933 até os nossos dias.

O Presidente Lula está desafiado por gargalos de natureza política, econômica e de gestão pública. Em primeiro lugar, a missão de apaziguar o país que há anos convive com discursos de ódios, polarização e sentimentos golpistas que sacrificam antes de tudo a verdade em suas defesas de ideias.

Na economia a vocação e compromisso de campanha da frente ampla comandada pelo presidente prometeu retomar a agenda social, o combate a fome e a desigualdade. Os obstáculos para se chegar a bom termo com essas demandas tem a ver com a capacidade dos cofres públicos e as medidas de equilíbrio fiscal.

As limitações impostas pelo Teto de Gastos e a expectativa de se garantir os R\$ 600,00 mensais aos beneficiários do programa que volta a se chamar Bolsa Família, em princípio, foram bem conduzidas pela equipe de Lula. No entanto, é um assunto que deve retornar para novas decisões, com previsão de que isso ocorra no segundo ano do mandato.

Na administração pública, paira o tema da reforma administrativa que vem sendo cogitada há algum tempo, mas que em princípio não conta de início com as simpatias de parte de ministros do governo a pouco empossado. Esse corolário se traduz em tratativas também nos estados e municípios.

Mas por fim, acompanhem os embates entre o governo federal e o paulista sobre o destino do Porto de Santos. Essa arenga terá contornos de infraestrutura, políticos e econômicos de grande envergadura nacional. O ano promete.



FILIADO

IASIA
International Association of Schools
and Institutes of Administration

PARCEIRO INSTITUCIONAL

OPADOMU
Divisão de Administração Pública e Gestão
do Desenvolvimento das Nações Unidas



SENADO
FEDERAL

CÂMARA
DOS
DEPUTADOS

Colaboração:

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO



Editora
Editada por:
Cidade

NESTA EDIÇÃO

MATÉRIA DE CAPA

I 4 NOVA GESTÃO

Ministros prometem
gestão com foco
na valorização
dos servidores



SEÇÕES

6 ENTREVISTA
URSULA PERES

12 ESPLANADA EM FOCO

26 ENTREVISTA
IZALCI LUCAS



William Sant'Ana

POLÍTICAS DA UNIÃO

20 ORÇAMENTO

Reajuste dos servidores
federais é o primeiro embate
de Lula com a classe sindical

26 SÃO PAULO

São Paulo de volta aos trilhos

28 SANTOS

Privatização do Porto de
Santos será primeiro embate
político e de gestão entre
governo federal e paulista

GOVERNO E SOCIEDADE

32 ESPÍRITO SANTO

Espírito Santo em
primeiro
lugar



GESTÃO PÚBLICA E CARREIRA

34 CONSAD

Transição de governo

36 BOAS PRÁTICAS

Consad divulga relação de
boas práticas de governos
locais brasileiros





“É DIFÍCIL OPERAR POLÍTICAS PÚBLICAS SEM PLANEJAMENTO”

Entrevista com a professor da Universidade de São Paulo, Ursula Peres

As distorções orçamentárias criadas ou ampliadas durante o governo de Jair Bolsonaro – como o orçamento secreto – prejudicam o planejamento e a execução de políticas públicas em diferentes áreas, como educação e assistência social. Muitas vezes o dinheiro público acaba sendo usado com base somente em negociações políticas, sem respeitar critérios que garantiriam um acesso mais justo, igual e eficiente aos recursos.

É esse o argumento de Ursula Peres, professora de finanças públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole. Essa entrevista foi publicada inicialmente pelo Site Nexso, em razão da pertinência e clareza nas ideias decidimos reproduzir na Revista Gestão Pública.

De uma forma resumida, qual o caminho do dinheiro do orçamento secreto, do cofre do governo federal até chegar na ponta?

URSULA PERES – O problema começa no PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual, primeira versão do Orçamento], quando você faz uma proposta que

vai ter um espaço de emendas da relatoria na tramitação Legislativa. E essa dotação de emendas da relatoria [quanto dinheiro vai ser deixado para emendas do relator] vai ser definida na negociação com o governo.

Isso vai estar previsto na proposta de lei. Depois que o orçamento é aprovado, você tem aquela dotação [valor] que o relator vai negociar. Quando isso é negociado, não está firmado para que política vai – é uma dotação ampla, genérica. A definição de para qual política vai o dinheiro vai depender de acordos que passam por negociação bilateral com a base governista – que podem ser diferentes deputados, de diferentes partidos.

Essa emenda vai ter que estar associada a um determinado ministério para fazer esse negócio funcionar. O ministério vai ter que autorizar a execução do Orçamento para um determinado município de uma determinada região, para empenhar isso a favor daquele município. E aí ou esse ministério vai fazer a obra diretamente, ou ele vai passar para uma empresa fazer a obra, ou vai passar o recurso para o município contratar a obra. Tem algumas possibilidades. Quem é o deputado [que indicou a alocação] e qual é o município que vai receber? Isso só vai aparecer depois do processo de execução. Você não tem essa clareza.





Por que há tantos casos com indício de corrupção com o orçamento secreto na ponta?

URSULA PERES – Porque há baixo controle sobre isso. Não tem um regramento tão fino. Uma coisa é fazer um programa dentro do ministério, em que todos os municípios que forem acessar as transferências têm que estar conveniados, têm que prestar contas – em que há um padrão de liberação, um padrão de controle, tudo direitinho.

A outra coisa é ter uma dotação genérica, que passo para alguns (e para outros não), que não tenho certeza quem pediu, e que só na hora de repassar o empenho vou conseguir ver para quem foi [o dinheiro]. É muito obscuro. Vai depender de órgãos de controle indo atrás de saber o que aconteceu ali. Como tem muito menos critério, fica muito mais sujeito a desvio.

Os parlamentares controlam uma parcela bem farta do Orçamento. Isso coloca em risco as políticas públicas que vão ser executadas pela gestão pública?

URSULA PERES – O volume não é pequeno. As emendas do relator foram sendo aumentadas, então têm um volume que hoje é maior que a soma das emendas impositivas, de bancada e individuais. E ela [a emenda do relator] representa praticamente o mesmo volume (ou mais) do que o governo federal fez de investimentos. Normalmente, o espaço da discricionariedade do orçamento federal é o que você consegue ter para investimento. Mas se você pegar os investimentos nesses três anos somados, eles são inferiores ao volume de recursos das emendas do relator.

Há vários níveis de problemas. Primeiro, para você ter espaço para as emendas de relatoria dentro do regramento do Orçamento, você vai ter que tirar espaço de outras áreas. Para essas emendas existirem, o governo está comprimindo outras áreas.

Então, uma primeira modificação para a burocracia nas políticas públicas é que quem está nos ministérios pode sofrer cortes na proposta e na execução do Orçamento durante o ano, se o governo precisar durante o ano calibrar melhor essas emendas do relator. Vai ter que abrir espaço, e aí reduz [verba de outras áreas]. Ao reduzir, está colocando em risco planos que tinham sido pensados para aquela execução orçamentária.

A segunda questão é que essa negociação das emendas de relatoria segue os critérios da política. Fazer emendas não é ilegal, é parte da regra do jogo. Mas se o volume fica grande a ponto de reduzir a discricionariedade do Executivo, eu tenho que abrir mão dos meus planos. Isso vai fazendo com que a negociação com os estados e municípios passe apenas pela ordem da política e de quem consegue acessar essa política. E deixa de ter uma ordem republicana de pensar critérios nacionais.

Um dos argumentos que aparece no debate das emendas do relator é que justamente os deputados e senadores conheceriam melhor a realidade local e seriam mais capazes de levar o dinheiro a locais que precisam mais dele. Isso faz sentido?

URSULA PERES – Fazer o dinheiro chegar no local porque de fato você consegue saber a quem atender e que obras fazer, isso faz sentido. Mas faz sentido desde que você não perca a visão do todo. Se você tem 200 municípios que precisam de creche, você precisa de algum critério comparativo para pensar qual deles mais precisa [do dinheiro]. É necessário focalizar, por algum tipo de indicador, quem você elege.

Se há escassez, é preciso ranquear e definir prioridades. Senão corre o risco de você atingir um município que precisava de uma creche, mas que tinha três ou quatro outras funcionando, e não conseguir resolver o problema de um município que não tem nenhuma. Quem gritou mais conseguiu o dinheiro.

“

[sobre o volume do Orçamento controlado pelos parlamentares]

As emendas do relator foram sendo aumentadas,
então têm um volume que hoje é maior que a soma das
emendas impositivas, de bancada e individuais.

”

É claro que o local é onde é preciso atuar, e você precisa ter essa noção. Mas se não houver comparação com o todo, você pode estar tomando decisões erradas. Não há recursos para atender todos, você vai ter que priorizar. Contar que o deputado consegue fazer essa lógica significaria dizer que ele tem noção de todos os municípios, num sistema de informação. Mas a gente sabe que não é bem assim. Quem tem mais acesso a essa informação é o Executivo, com apoio dos estados e municípios.

Ele [o Legislativo] acaba driblando uma análise técnica. Acaba rompendo critérios universalizantes, critérios de definição de prioridade a partir de uma matriz calculada e embasada. Se uso emendas de relator, não necessariamente estou cumprindo critérios republicanos. Estou atendendo aqueles que estão na minha base. Alguns municípios podem ser atendidos e outros não – não necessariamente porque precisam mais, mas porque têm mais acesso político àquela emenda de relator.

Nessas disputas por recursos, os servidores que executam as políticas nas pontas ficam dependentes dos parlamentares? Isso incentiva disputas internas na máquina pública via lobby, para ver ‘quem grita mais alto’?

URSULA PERES – O que acontece na base dos municípios é que eles sabem que, se quiserem ter dinheiro no seu município, precisam fazer um lobby no Congresso e conseguir uma emenda de um deputado. Então a busca fica muito mais por esse caminho do que por um caminho de organizar a informação, acessar o sistema e saber que tem um sistema público que vai repassar o recurso da educação, da assistência, de tudo mais. Tem uma dependência da emenda. E pode ser que eu acesse a emenda ou não. Depende do lobby da política.

Dada a escassez de recursos, não há disputas internas, dentro dos ministérios?

URSULA PERES – Certamente. Não só disputa entre departamentos ou órgãos de um mesmo ministério, mas também uma dificuldade de pensar novos programas ou mesmo de manter aquilo que já existe.

Se você pegar o exemplo das universidades federais: esse aperto todo vai fazer com que muitas universidades repensem se elas vão aumentar a oferta de vagas de algum tipo. Porque elas mal conseguem manter o que já existe. Elas foram sendo recortadas e o dinheiro foi sendo retirado ao longo desta execução [2022] e dos



“

Se há escassez, é preciso ranquear e definir prioridades. Senão corre o risco de você atingir um município que precisava de uma creche, mas que tinha três ou quatro outras funcionando, e não conseguir resolver o problema de um município que não tem nenhuma.

”

últimos anos. Você tem universidades federais sobrevivendo com muito menos orçamento do que tinham no auge em 2013.

Fica uma situação muito difícil. Os servidores no MEC vão pensar: o que a gente segue? E o que a gente para? Não dá para inventar muita coisa porque você não sabe se vai ter dinheiro.

Essa situação limita a execução das políticas públicas?

URSULA PERES – Há uma conjunção de fatores. A emenda do teto [de gastos] já limita a discricionariedade do gasto do Executivo. Você acaba tendo dinheiro só para algumas coisas. Ainda que este governo [Bolsonaro] tenha furado o teto por causa de pandemia e um monte de coisa, você tem a regra do teto, que é usada quando você quer contingenciar.

Ao mesmo tempo, você passa a discricionariedade de mãos: sai mais do Executivo e vai mais para o Legislativo. E você tem que conviver com essas duas coisas existindo.

Como a despesa primária do Executivo está muito comprimida, ela [a emenda parlamentar] fica ainda mais

importante. A compressão da despesa primária vai fazer com que eu faça menos repasses voluntários do Executivo para os estados e municípios. Então é o Legislativo que vai fazer a ponte com os estados e o município.

As emendas do relator não são impositivas – não há garantia de que o dinheiro será liberado. O quanto essa imprevisibilidade afeta o trabalho do gestor público?

URSULA PERES – Ela não é impositiva, como são as emendas de bancada e as emendas individuais. É um valor autorizativo. Mas, ao fim e ao cabo, se a gente considerar a política e a necessidade de base, ela quase que funciona como impositiva. Porque se você não cumprir com o atual estado da arte, você não governa. É um outro tipo de impositividade. Se a gente pegar 2020, 2021 e 2022, boa parte do que estava previsto para orçamento secreto foi ou está sendo empenhado.

Você não tem [previsibilidade] com boa parte do Orçamento – a não ser aquilo que é obrigatório mesmo, como salário. Você sempre tem essa dúvida de quanto vai ser liberado e quanto vai ser contingenciado. Essa é uma questão sempre.

“

Do começo dos anos 2000 até 2012, 2013, tivemos todo um esforço para construir um plano de ação que tivesse controle de indicador, que fosse regionalizado, que fosse por território e que fosse traduzido em ações no Orçamento.

”

No caso do orçamento secreto, além de não ser impositivo, [o problema] é não haver clareza sobre o que vai ser [o gasto]. É durante o ano que vai ser definindo. Não é que você tem um plano desde o PLOA de quais são as emendas que vão vigorar que o relator vai negociar. Isso acontece no dia a dia da execução. Conforme tem negociações, vai liberando mais emenda ou menos emenda. Então é muito imprevisível mesmo o que vai ser liberado e de quem vai sair.

Para além do orçamento secreto, o mandato de Bolsonaro ficou marcado por outros problemas com o Orçamento, como baixa transparência e atrasos expressivos na aprovação da lei orçamentária. Como isso afeta os servidores públicos que gerem políticas públicas?

URSULA PERES – Do começo dos anos 2000 até 2012, 2013, tivemos todo um esforço para construir um plano de ação que tivesse controle de indicador, que fosse regionalizado, que fosse por território e que fosse traduzido em ações no Orçamento. Houve uma aprendizagem institucional incremental para os ministérios terem que focar nessa construção. E sendo cobrados pela execução de forma sistêmica – mostrar como está avançando, demonstrando as entregas.

Quando quebro essa lógica e passo a ter uma lógica completamente da boca do caixa, ou de emendas do cotidiano – em que reduzo esse nível de planejamento e foco na discricionariedade que vai acontecer ao longo do ano –, deixo o servidor muito em dúvida do que é prioridade.

Já há uma quebra com a emenda do teto, que vai reduzir o espaço do planejamento. Se estou dizendo que você vai ter que gastar o mínimo, é gastar o mínimo com o que dá. Então você não vai ficar planejando muita coisa nova. Além disso, dentro do mínimo, você vai ter que ficar achando espaço para esses acordos de governabilidade com as emendas, que você não sabe exatamente para quem vão ser.

Você fica sempre em alerta de que tudo que você está pensando pode mudar. E o que você está construindo pode ser cortado. Está tudo em aberto. E é muito difícil operar políticas públicas sem respaldo, sem lastro de planejamento e orçamento.

Então, planejar para quê? Fica muito complicado. Você não tem uma visão de futuro de aumento, e nem a tranquilidade de saber se o orçamento que está sendo aprovado vai de fato ser executado. Ou se vai ter que ser contingenciado para abrir espaço de discricionariedade para o Legislativo. ●



ESPLANADA EM FOCO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



● O RUMO DA DIREITA

Precisamos identificar um, dois ou três partidos que se autointitulem de direita conservadora. Hoje, não há. E sabemos que não se faz política no Brasil com candidaturas avulsas, só com partidos

Sóstenes Cavalcante (PL- RJ), Deputado federal presidente da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, diz que vê dois principais caminhos para Bolsonaro no jogo político: liderar a oposição ou se tornar um mentor

Pedro França/Agência Senado



● É INEVITÁVEL

“Queremos continuar esse caminho, ter muitas profissionais no topo da carreira, mais mulheres em posições de comando. Vai chegar um momento em que teremos uma ministra das Relações Exteriores. É inevitável.”

Diplomata Maria Laura da Rocha, que assumiu de forma inédita, enquanto mulher, o posto de secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty

Valter Campanato/Agência Brasil



● DE NOVO AS BOIADAS

“Boiadas passaram por onde deveria passar apenas proteção. Vários parlamentares se colocaram à frente de todo esse processo de desmonte”

Marina Silva, trecho do discurso de posse da nova ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática.



● MULHER COMPROMETIDA

“Quem me conhece sabe que eu sou uma mulher comprometida com uma política séria e, principalmente, humanizada”

Frase de Daniela Carneiro, a Daniela do Waguinho (União Brasil), deputada federal no ano passado, escolhida para ser ministra do Turismo. Ela vem sendo estigmatizada de ter proximidade com milicianos do RJ. O presidente Lula declarou que não ver por enquanto nenhum motivo para exonera-la do cargo.



“Acho que a gente tem que prezar acima de tudo pela diversidade. Estou indo para uma pasta que hoje ainda é extremamente masculina. Quero não só ter mulheres, mas mulheres pretas. E a gente sabe, lamentavelmente, que mulheres pretas normalmente são arrimo de família. Trazer de fora de Brasília é muito difícil”

Simone Tebet



Eu já apresentei para ela [Simone Tebet] algumas ideias e a gente vai falar mais adiante. Eu não posso falar ainda, mas uma delas, por exemplo, que foi ideia do nosso ministério, é a gente ter, inclusive, um banco de currículos, público mesmo, em ligação com ministérios transversais, para que a gente possa vir a preencher todas essas vagas

Anielle Franco



MINISTROS PROMETEM GESTÃO COM FOCO NA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Os gestores também frisaram sobre um compromisso em deixar no passado o fascismo e o autoritarismo





Os ministros de Gestão e Inovação, Esther Dweck, da Secretaria Geral de Governo, Marcio Macedo e do Trabalho, Luiz Marinho e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, fizeram coro em momentos diferentes mas com falas numa só direção no que se refere ao modelo de gestão federal nos próximos quatro anos: valorização dos servidores e revisão da ideia de reforma administrativa que vinha sendo construída.

Dweck, Macedo e Marinho se manifestaram num tom só durante a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente do governo federal no início de fevereiro, em Brasília. Todos os gestores prometeram que esse mandato do governo federal dará prioridade a valorização dos servidores públicos, da reconstrução da máquina administrativa e no diálogo permanente com várias categorias profissionais.

A começar por Esther Dweck, a proposta de reforma administrativa tem poucas probabilidades de prosperar. Tema que vinha causando desconforto entre os servidores porque a mudança poderia fragilizar a estabilidade no emprego. “Ela (reforma) tem diversas coisas ruins que devem ser deixadas de lado, afirmou a ministra de Gestão e Inovação.

Ester Dweck foi incisiva em defender que a PEC 32, que trata da reforma, é extremamente punitiva com um a visão equivocada do servidor público. Para a ministra, a estabilidade um dos aspectos costumeiramente mencionados à guisa de uma revisão dos direitos dos servidores, na verdade “protege o estado brasileiro, não protege o servidor”.

A proposta de Emenda à Constituição número 32, conhecida como Reforma Administrativa, objetiva transformar a administração pública de forma a supostamente aumentar a produtividade e oferecer serviços de qualidade à população a um custo mais baixo, segundo a defesa da gestão anterior do governo federal. Encaminhada ao Congresso no ano passado e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a PEC tramita atualmente em uma comissão especial.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



“A gente ainda está num processo de formação dos ministérios e reconstrução do Estado brasileiro. Quero agradecer aos servidores de sustentaram e garantiram que o Estado não fosse completamente destruído. Não foi por acaso que tivemos um retrocesso muito grande nesse período, mas temos as bases para a reconstrução”

Esther Dweck, ministro de Gestão e Inovação

“Imagina se o governo anterior pudesse ter demitido pessoas apenas pela sua orientação política”, indagou Ester Dweck. Nas palavras da gestora, o Brasil precisa de pessoas que possam garantir a existência do Estado e do serviço público, “e isso tudo depende gente”, argumentou.

Por essa lógica, na compreensão da ministra, ficou no passado a visão de que os funcionários públicos não são essenciais. “Esse governo jamais vai considerar o servidor um parasita”, completa. Ela prometeu que a atual gestão vai manter um diálogo muito forte, porque essa prática é uma garantia da construção de um ambiente democrático.

“A gente ainda está num processo de formação dos ministérios e reconstrução do Estado brasileiro. Quero agradecer aos servidores de sustentaram e garantiram que o Estado não fosse completamente destruído. Não foi por acaso que tivemos um retrocesso muito grande nesse período, mas temos as bases para a reconstrução”, discorreu Esther Dweck.

Em lugar de se levar à frente uma reforma administrativa que venha tirar direito dos servidores, Esther Dweck argumentou na direção de se serem feitos novos concursos para suprir desfalcadas. Segundo ela, o que se verifica é um quadro de profissionais de quem se exige um esforço hercúleo para manter as atividades.

Os ministros Marcio Macedo e Luiz Marinho, do Ministério do Trabalho, e vários dirigentes sindicais, de modo geral, se pronunciaram com a tônica de defender o serviço público e o que os presentes afirmaram ser um momento de reconstrução da máquina administrativa.

Luiz Marinho deu ênfase no que considera a “nossa pauta e agenda”, no tocante ao governo federal nos próximos quatro anos. Segundo ele, foi impaciente um movimento de festa e solenidade com a posse do presidente Lula. No entanto, alertou que vida continua.

“É preciso que tenhamos a real dimensão das nossas responsabilidades, os desafios que temos e acima de tudo o de reconstruir. Sabemos que no Brasil a nossa máquina de governo foi destruída. O

Valter Campanato/Agência Brasil



“É preciso que tenhamos a real dimensão das nossas responsabilidades, os desafios que temos e acima de tudo o de reconstruir. Sabemos que no Brasil a nossa máquina de governo foi destruída. O sentimento é que estamos no meio de um escombros”.

Luiz Marinho, ministro do Trabalho

sentimento é que estamos no meio de um escombros. As estruturas de todos os ministérios foram abaladas com a falta de servidores, ou seja, é um tamanho desafio que teremos nessa reconstrução”, declarou o ministro do Trabalho.

Marinho discorreu também sobre a retomada do crescimento e geração de renda, mecanismo segundo ele para se ter garantia da boa remuneração



Marcelo Camargo/Agência Brasil



“Temos que ter o símbolo de criar a primeira vez na história o sistema de participação popular no país de forma interministerial, inclusive para não permitir situações como essa dos yanomamis, esse genocídio de uma etnia”

Márcio Macêdo, ministro da Secretaria-Geral da Presidência

do conjunto de todas as carreiras, o que é uma responsabilidade do conjunto da sociedade brasileira. “Nós todos aqui temos que estar irmanados nesse processo de solidariedade para reconstruir. A era do assédio e da perseguição acabou. Estamos virando essa página”, frisou.

De acordo com o ministro do Trabalho, a qualidade das gestões municipais e estaduais influencia e muito. “Aqui estamos falando de política, portanto, que teremos o desafio de construirmos a relação do parlamento no conjunto de temas que precisam tramitar no congresso nacional, convenções da OIT, processo da valorização da negociação e organização sindical”.

Parte do governo está alinhado com o conjunto de pautas que possa respaldar e ser a mais harmônica possível, analisa o ministro. O que se traduz em tolerância para construir entendimento com diferença de visões. “Sabermos de antemão que não vamos atender todas as reivindicações, mas sabemos que temos a obrigação de perseguir o máximo que podemos construir num processo de negociação”, completou.

O ministro Marcio Macedo avaliou que a vida é feita de símbolos e que após seis anos de desmonte do patrimônio público nacional, urge que se faça um enfrentamento com o povo e sociedade civil para deixar no passado o que definiu com experiência nefasta e fascista, que se pautou por perseguir mandatos populares e investir contra instituições democráticas. Para ele, é tempo de se mediar conflitos. “Estamos vivendo um novo momento pela graça de Deus e consciência do povo brasileiro”.

Foram várias as menções sobre uma missão de se derrota o fascismo e garantir a instituição de um novo momento. “Temos que ter o símbolo de criar a primeira vez na história o sistema de participação popular no país de forma interministerial, inclusive para não permitir situações como essa dos yanomamis, esse genocídio de uma etnia”, criticou.

Na compreensão de Macedo, o legado herdado pela atual gestão é de um período sem dialogo e sem reajuste para os servidores. Por esse motivo, entende que como muito positiva a reinstalação da mesa negociação. Precisamos ter consciência que derrotamos Bolsonaro, nas não derrotamos o fascismo e o bolsonarismo”, antecipou.

O ministro defende que é necessário frisar a todo momento a luta contra o fascismo para a sociedade



não esquecer que tivemos um tirano a frente do país. “Agora é o tempo da construção coletiva. Somos companheiros de uma luta e de sonhos. Há um déficit de participação popular e social, sequelas que levaremos pelo resto da vida. No entanto, vamos avançar no máximo que pudermos”, concluiu.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, tomou posse depois dos ministros citados. No entanto, a visão dele sobre os temas da reforma administrativa e valorização dos servidores são bem conhecidos. Desde o período da transição de governo, ele defendido reposição das perdas salariais acumuladas pelos servidores públicos nos últimos anos, porém de uma forma gradual.

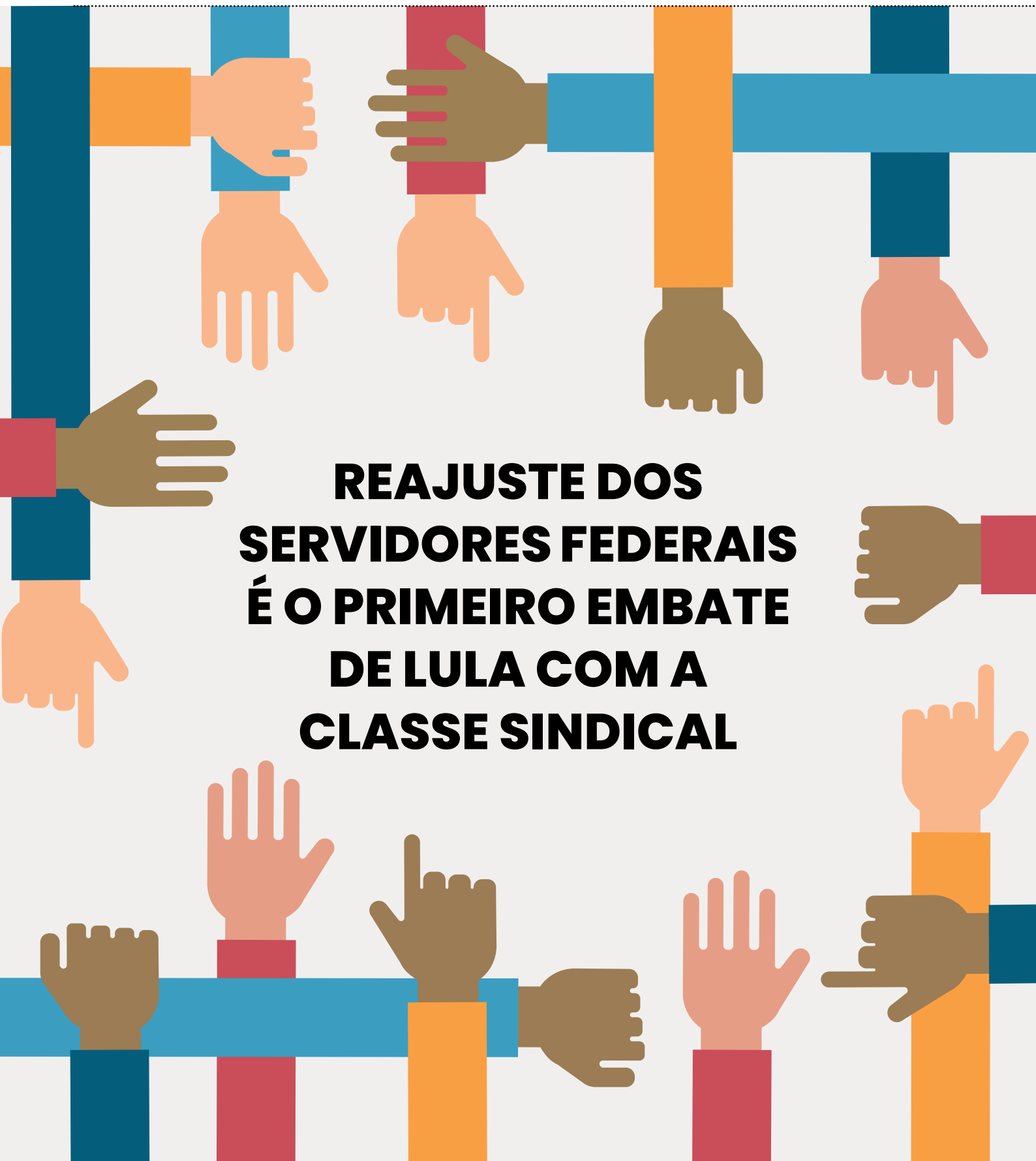
Segundo o presidente, os servidores ficaram sete anos sem reajuste. Por esse motivo, é necessário desencadear uma negociação, pois o governo requer ter as condições para modificar essa situação. O mesmo tom tem sido utilizado por Mercadante para

“ Temos outra visão de serviço público, vamos buscar apresentar propostas nessa direção”

Aloizio Mercadante,
presidente do BNDES

desaprovar a reforma administrativa nos moldes que vinha sendo tocada pelo governo passado.

No entender dele, embora a pauta da reforma seja importante para o país, a ideia é que a discussão não seja embasada na PEC 32, a proposta de reforma debatida no governo Bolsonaro. “Temos outra visão de serviço público, vamos buscar apresentar propostas nessa direção”, declarou. ●



REAJUSTE DOS SERVIDORES FEDERAIS É O PRIMEIRO EMBATE DE LULA COM A CLASSE SINDICAL

O percentual que será definido para o reajuste dos servidores federais se traduzirá no primeiro embate entre o governo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a classe sindical brasileira. Por um lado, as representações dos trabalhadores reconhecem que o anúncio da recomposição é um grande alento uma vez que há quatro anos não havia qualquer alteração nos valores das remunerações.

Apesar dessa conquista, as centrais sindicais não aceitaram num primeiro momento o percentual e tenta esgarçar as negociações a fim de que o índice oferecido seja modificado. O governo federal acenou com 8%, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação no Serviço Público.

A contraproposta de reajuste apresentada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) é de 13,5%, a partir de março deste ano. Para a correção salarial dos servidores, o governo federal tem à disposição R\$ 11,2 bilhões — margem garantida pelo relator do Orçamento de 2023, o senador Marcelo Castro.

Para integrantes da diretoria do fórum, no entanto, se houver interesse do governo, há possibilidade de acomodar o percentual a partir de remanejamentos no orçamento e uso de reserva de contingência disponível para órgãos federais.

Outra alternativa que será levada pelos servidores é a possibilidade de retirar do espaço disponível no Orçamento para reajuste a correção em 43,6% do auxílio-alimentação, que passaria de R\$ 458 pra R\$ 658. Cálculos feitos pelo

Além da contraproposta salarial, os servidores também querem que o governo inclua, no acordo, o compromisso de equiparar até 2026 o valor do benefício concedido aos Executivos federais com o recebido pelos demais poderes. Hoje, quem trabalha na administração pública direta federal tem auxílio-alimentação de R\$ 458 ao mês, enquanto funcionários do Legislativo e do Judiciário ganham R\$ 1.182,74.

ALÉM DA CONTRAPROPOSTA SALARIAL, OS SERVIDORES TAMBÉM QUEREM QUE O GOVERNO INCLUA, NO ACORDO, O COMPROMISSO DE EQUIPARAR ATÉ 2026 O VALOR DO BENEFÍCIO CONCEDIDO AOS EXECUTIVOS FEDERAIS COM O RECEBIDO PELOS DEMAIS PODERES





IZALCI LUCAS:

“Precisamos mudar essa questão da reeleição no Brasil. Isso talvez seja o grande problema do país”

Entrevista exclusiva à Revista Gestão Pública do senador líder tucano e representante do Distrito Federal no Senado

O senhor concorreu a eleição para governador do Distrito Federal no último pleito ao mesmo tempo é um parlamentar federal da bancada do PSDB como vai se situar politicamente em relação ao governo Ibaneis e Lula

IZALCI LUCAS – Na correlação do governo federal, o PSDB já decidiu por meio da executiva que é oposição. Entretanto, deixamos claro que o PSDB é uma oposição responsável. Sempre agimos assim: o que é bom para o Brasil, a gente vota favorável, o que não é, somos contrários.

Como o senhor interpreta a vitória em primeiro turno do governador Ibaneis Rocha?

IZALCI LUCAS – Eu interpreto que ele utilizou bem a máquina a exemplo da maioria dos governadores que

tiveram liberados mais facilmente os recursos para atuar rapidamente no combate a Pandemia. Dos vinte governadores que disputaram a reeleição, dezenove foram eleitos. O uso da estrutura da máquina pública facilitou as ações e deu visibilidade àqueles que disputaram a reeleição. A questão da reeleição deve ser discutida, principalmente pelo desequilíbrio de forças que causa. Não é justa a disputa de quem está com a máquina contra quem não está. Mas é a regra de hoje e ele a usou. Parabéns para ele. O fim da reeleição já vem sendo discutido no Congresso e creio que devemos avançar nessa nova legislatura.

A sua legenda vive uma crise histórica nacionalmente. O resultado mais relevante do partido foi a vitória do governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite. Qual será o seu papel entre os tucanos nos próximos anos?





William Sant'Ana



IZALCI LUCAS – Bem, não foi somente o Eduardo Leite, não é? A Raquel Lyra foi eleita em Pernambuco, o Eduardo Riedel foi eleito Mato Grosso do Sul. O vice-governador do Espírito Santo, Ricardo Ferraço, também é do PSDB. É evidente que não houve o resultado que nós esperávamos, mas o PSDB volta. Há um grupo significativo de jovens que foram eleitos e reeleitos. Nós teremos uma mudança na executiva prevista já para fevereiro ou início de março. E o PSDB volta a ser a mais uma vez o partido da oposição. Vamos reconstituir o partido tanto na executiva quanto na questão de programas. O PSDB vai se apresentar para o Brasil como uma alternativa. Vamos participar, vamos trabalhar na executiva e nesse novo projeto do partido.

Quanto ao seu mandato, especificamente, quais são as prioridades para os próximos quatro anos?

IZALCI LUCAS – As mesmas que já luto, a começar pela educação. O Brasil está desse jeito em função de oferecer a essa geração que aí está uma educação de péssima qualidade. Vamos investir muito, brigar muito ainda por isso. Ciência e tecnologia! O Brasil só vai avançar se houver priorização no investimento para ciência tecnologia, pesquisa e inovação. Essas são as minhas principais bandeiras. É evidente que além disso, vamos continuar a trabalhar na área tributária. O país precisa de uma reforma tributária, precisamos garantir empregos. Por isso, continuo com a frente de investimentos estrangeiros no Brasil e na frente de Ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. Também, a gente deve assumir a frente parlamentar da pequena e microempresa, que tem um papel fundamental na geração de emprego e renda no país. Vou continuar trabalhando naquilo que é importante para o DF e para o Brasil.

Uma das bandeiras que mais identifica a sua trajetória de homem público é educação o que a seu ver precisa de mais urgente ser feito no Brasil nesse campo?

IZALCI LUCAS – Muita coisa. Primeiro, nós precisamos valorizar os profissionais da educação. Hoje você não tem nenhum atrativo para novos professores. Segundo, investir na qualificação e requalificação dos professores e, sobretudo, trazer a escola de tecnologia para dentro das escolas. Isso não existe. Elas não têm sequer banda larga e laboratórios. Temos também que trazer de volta para a escola, a cultura, o esporte e a ciência. Isso é fundamental.

Um dos grandes desafios ao novo governo é a área fiscal, uma vez que a nova gestão quer mais investimentos no social. A seu ver em que medida isso será um entrave ao país do ponto de vista orçamentário?

IZALCI LUCAS – Da forma que ocorre hoje haverá, com certeza, aumento nos juros e na inflação pela falta de credibilidade em função do déficit público. Há muita coisa sendo aprovada a toque de caixa e de afogadilho. Sabemos das necessidades, principalmente com relação ao auxílio Brasil. Tem muita gente passando fome e ninguém vai votar contra isso. Mas daí quase 200 bilhões é realmente não se ater a questão do resultado fiscal e do déficit público. Estamos atentos a isso. A gente pode dar ao governo um ano para apresentar novas medidas, para a geração de emprego e desenvolvimento econômico. Continuar avançando com o crescimento do PIB para que a economia do país se mantenha saudável. Governo é para isso. Não podemos conceder um cheque em branco de quatro anos para se fazer o que quiser.

No Senado federal está se avizinando um embate entre a base que o presidente Lula está articulando e uma bancada de direita, eleita com



“ Vamos investir muito, brigar muito ainda por isso. Ciência e tecnologia! O Brasil só vai avançar se houver priorização no investimento para ciência tecnologia, pesquisa e inovação. Essas são as minhas principais bandeiras.”

a influência política do bolsonarismo. O senhor tende a seguir de início qual das duas correntes?

IZALCI LUCAS – Vamos seguir a nossa própria corrente que é a realidade fiscal, a preocupação com o emprego e a renda, com a educação de qualidade e os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Essa questão é de articulação. A gente sabe, o centrão é sempre governo, independente de quem esteja governando. O centrão foi governo com o governo Dilma e apoiou o governo Temer. Também foi governo com o Bolsonaro e será também e novamente com o governo Lula. O centrão por mais que comece na oposição, logo vai estar na base. Como já disse anteriormente, vamos aprovar o que for bom para o Brasil e rejeitar o que não for. Essa é a nossa corrente. ●



SÃO PAULO DE VOLTA AOS TRILHOS

Estado aprovou lei que trata
de organização do transporte
ferroviário de passageiros e cargas

Unsplash

O novo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, herdou da gestão anterior a Lei Estadual Nº 17.612, que trata da “organização do transporte ferroviário de passageiros e cargas”. Entre diversos aspectos relevantes, permite a retomada das concessões cujas autorizatórias descumprem os contratos e regras dos editais de privatização.

Na prática, o marco legal se traduz na retomada da concessão ferroviária pelo Governo de SP prevista nos artigos 30, 31, 32, 33 e 34 da nova lei. São consideradas cinco situações: advento do termo contratual, cassação, decaimento, renúncia, anulação e falência (“falência, decretada por sentença judicial transitada em julgado, ou recuperação judicial que prejudique a execução do objeto da autorização”).

Essa iniciativa se presta como um impulso para que Tarcísio de Freitas invista numa área em que conta reconhecida expertise, a de logística de transporte tanto no modal rodoviário quanto ferroviário. O gestor eleito afirmou que o edital do projeto do Trem Intercidades, que ligará a cidade de São Paulo a Campinas, será publicado ainda no primeiro semestre de governo, logo após a realização do leilão do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, que está previsto para março de 2023.

“A primeira grande prioridade é o Rodoanel, a nossa ideia é fazer o leilão em março, estamos discutindo o modelo com o mercado e estamos otimistas. Na sequência, a gente deve publicar o edital do Trem Intercidades, no primeiro semestre do ano que vem. Vai ser a primeira ferrovia de passageiros de média intensidade do Brasil”, prometeu.

Os dois projetos foram promessas do ex-governador João Doria (então no PSDB) em 2018, mas não saíram do papel. O trecho norte do Rodoanel teve o edital suspenso em abril deste ano pelo sucessor do então tucano, o governador Rodrigo Garcia (PSDB), para evitar que o certame fosse um fracasso. O plano prevê que o grupo privado que vença a licitação construa o trecho Norte do Rodoanel e, como a obra envolve riscos, grandes operadores avaliavam que não havia sustentabilidade financeira no projeto.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



“A primeira grande prioridade é o Rodoanel, a nossa ideia é fazer o leilão em março, estamos discutindo o modelo com o mercado e estamos otimistas. deve publicar o edital do Trem Intercidades, no primeiro semestre do ano que vem”.

Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo

Governo paulista é dono de mais de 5.000 km (5.163 km) de ferrovias. Elas pertenceram à Ferrovia Paulista S/A (Fepasa), privatizada em 1998. Nessa malha, as concessionárias do governo federal Rumo, MRS e FCA operam praticamente todo o deslocamento de cargas. O segmento passageiros, entretanto, está no colo do Estado, via CPTM e Metrô. Portanto, restrito praticamente à região metropolitana da Capital. ●



PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ PRIMEIRO EMBATE POLÍTICO E DE GESTÃO ENTRE GOVERNO FEDERAL E PAULISTA

Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, é contra desestatização. Tarcísio de Freitas declarou que não vai abandonar a ideia



Após a manifestação pública do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, contra a privatização do Porto de Santos, o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas, reagiu de imediato. “Não desisti”, afirmou. Ele designou seu secretário de Governo, Gilberto Kassab, de articular com a equipe do governo Lula uma reunião no curto prazo para tratar do processo. Pretende também conquistar a adesão do vice-presidente Geraldo Alckmin, em favor do projeto.

Há muito em jogo na tese da desestatização do Porto de Santos. Em primeiro lugar, um contexto político que não emerge nas declarações oficiais. Tarcísio de Freitas é percebido como virtual concorrente ao Palácio do Planalto, em 2026. De outro lado, o novo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, é um quadro paulista que tem muito de sua trajetória política construída justamente na região onde está o terminal, o litoral, especialmente na cidade de Santos.

Quanto a lógica financeira e de infraestrutura, a desestatização envolve valores astronômicos. Em Santos, o objeto de privatização é a chamada ‘autoridade portuária’, Santos Port Authority (antiga Codesp), que se for, de fato, privatizada, ficará nas mãos da iniciativa privada por 35 anos. O modelo de contrato prevê R\$ 6 bilhões em investimentos e R\$ 20,6 bilhões em despesas operacionais, incluindo dragagem.

Tarcísio de Freitas argumenta que se for feita a privatização, o Estado de São Paulo vai ser beneficiado com investimentos de R\$ 20 bilhões que serão utilizados na revitalização de regiões da cidade de Santos. Defende ainda que a gestão portuária precisa ser modernizada para fomentar o comércio exterior e de que isso vai gerar emprego.

O Porto de Santos, maior da América Latina e 45º do mundo em contêineres, movimenta 27% de todo o comércio exterior brasileiro. É também uma das principais atividades econômicas da região que compreende nove municípios (Santos, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Cubatão, Praia Grande, Peruíbe, Itanhaém e Mongaguá). Cerca de 1,9 milhão de habitantes vivem nessas cidades. Somente em Santos, são mais de 430 mil.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



MÁRCIO FRANÇA ASSEGUROU QUE AUTORIDADES PORTUÁRIAS COMO A QUE ADMINISTRA O PORTO DE SANTOS NÃO SERÃO MAIS TRANSFERIDAS À INICIATIVA PRIVADA

Pelo terminal passam perto de 30% da balança comercial do país, ou seja, as transações comerciais com o exterior. É também deste porto que zarpa grande parte dos chamados cruzeiros – viagens turísticas em transatlânticos – que atraem milhares de pessoas de todas as partes do país (e do mundo) todos os anos.

Na temporada, antes da pandemia, 604,2 mil passageiros embarcaram nesses cruzeiros. Desde que foi inaugurada a primeira temporada, em 1998, o Terminal Marítimo de Passageiros - Giusfredo Santini (Concais) registrou 10,9 milhões de desembarques e embarques e pessoas em trânsito. Toda essa movimentação contribui para o comércio e a rede hoteleira das cidades da baixada santista, gerando empregos, renda e arrecadação para os municípios.



Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O GOVERNADOR DE SÃO PAULO, TARCÍSIO DE FREITAS TEM A SEU FAVOR OS RESULTADOS COLHIDOS NA PRIVATIZAÇÃO DA CODESA (ESPÍRITO SANTO), O PRIMEIRO PORTO PÚBLICO TRANSFERIDO AO SETOR PRIVADO DO ANO PASSADO E QUE FUNCIONA SEGUNDO NOVAS REGRAS

O governador paulista calcula que é um trunfo contar com o envolvimento de seu secretário Gilberto Kassab nas negociações futuras com o governo federal. Kassab mantém boas relações com o presidente, tendo indicado três nomes para o ministério de Lula.

A gestão do governo federal que se encerrou em dezembro pretendia fazer a mudança na direção do porto em 2022, mas não conseguiu. O processo está parado no TCU. No discurso de posse, Márcio França afirmou o que havia prometido durante a campanha: a política de concessões de portos e aeroportos em curso no país vai ser revista.

Márcio França assegurou que autoridades portuárias como a que administra o Porto de Santos não serão mais transferidas à iniciativa privada. Os terminais portuários poderão ser alvos de concessões. Tarcísio de Freitas rebate alegando que a União fará concessão da administração do porto por prazo definido contratualmente.

As áreas existentes dentro do perímetro portuário já são arrendadas a empresas privadas. Os chamados terminais portuários funcionam para recebimento de cargas de produtos destinados à exportação ou provenientes do exterior, para o mercado consumidor interno.

Tarcísio de Freitas tem a seu favor os resultados colhidos na privatização da Codesa (Espírito Santo), o primeiro porto público transferido ao setor privado do ano passado e que funciona segundo novas regras.

Os adversários de Tarcísio de Freitas em sentido contrário apresentam dados e concepções com o objetivo de convencer que o melhor para o terminal é permanecer com o atual modelo de gestão. “Em um porto como o de Santos, que é o maior da América Latina, o Estado pode perder a capacidade de se planejar e de ser um instrumento de desenvolvimento”, afirmou Mauricio Muniz Barreto de Carvalho, ex-ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, que integrou a equipe de transição.

“É uma das forças motrizes da economia da baixada, porque gera empregos e tem grande importância no comércio exterior do país. São fatores que têm na gestão portuária pública um importante facilitador”, diz o presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP) e secretário-adjunto de Cultura da CUT, Eduardo Guterra.

Eduardo Guterra prossegue. “Tem dinheiro em caixa e arrecadação. São recursos que podem e devem ser destinados à modernização, mas sob responsabilidade do Estado, seguindo a gestão modelo em todo o mundo, de Landlord Port, que tem como característica principal a gestão pública dos portos”.

Em manifestação nas redes sociais, a vereadora e ex-prefeita de Santos, Telma de Souza (PT), contrapõe que é mentira que a privatização vai gerar mais

empregos. Onde a iniciativa privada vai ter como objetivo gerar empregos? O objetivo da iniciativa privada é ter lucro”, disse.

Segundo Telma, ao privatizar a gestão do porto, o governo estará tirando a autonomia, a possibilidade de deliberação e a de interferir no zoneamento da própria cidade. “Principalmente no poder que a população pode e deve ter através dos empregos ou como municípios em relação ao porto”, disse a vereadora

CRACOLÂNDIA E SABESP

Do ponto de vista de gestão social, o governador de São Paulo tem pela frente o desafio de questões relacionadas a drogas no estado, especialmente a Cracolândia que escandaliza a sociedade da capital paulista. Ele antecipou que o vice-governador Felício Ramuth (PSD) será um dos protagonistas na condução desse tema.

O vice de Tarcísio deve ter uma “atuação transversal” que deve ser marcada pela integração das secretarias de Desenvolvimento Social, Habitação, Segurança e Saúde. Além disso, o governo deve buscar um diálogo direto com a Prefeitura de São Paulo. A capital paulista ainda sofre com o tráfico e consumo de drogas no centro da cidade na região da Cracolândia.

Tarcísio de Freitas antecipa que algumas medidas devem marcar sua política de drogas no Estado. Entre elas, o novo governador citou a ampliação da rede de atuação para tratamento de dependentes químicos, o aumento das comunidades terapêuticas para absorção e tratamento de dependentes, reinserção desse grupo e integração com segurança pública para conter o livre fluxo de drogas.

SABESP

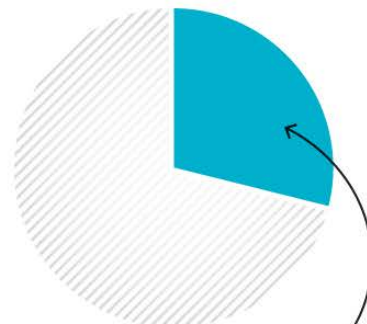
Tarcísio de Freitas avança possibilidades de desestatização dentro do estado de São Paulo. Entre aquelas que dependem exclusivamente da administração estadual está a da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

Na primeira reunião do novo governo, Tarcísio e seus secretários iniciaram as tratativas para definir quem deve ser o órgão responsável por estruturar a desestatização da Sabesp. O novo governo deve ter como referência a privatização da Eletrobras, estatal do setor elétrico vendida em junho de 2022.

Essa não é a primeira vez que se cogita a privatização da Sabesp. Enquanto governador do Estado, João Doria já havia ventilado essa possibilidade, mas a venda acabou não acontecendo. ●

UM GIGANTE EM DISPUTA

A infraestrutura do maior terminal de cargas do Brasil



29%

da movimentação do comércio exterior do país



7,8 quilômetros quadrados de área, o equivalente a 945 campos de futebol



4,8 milhões de contêineres movimentados em 2021



138 milhões de toneladas de mercadorias em 2022*



16 quilômetros de comprimento tem o cais



25 quilômetros de extensão tem o canal



100 quilômetros de ferrovias internas



20 quilômetros de vias internas



53 terminais de embarque e desembarque

* De janeiro a novembro

Fonte: Porto de Santos



ESPÍRITO SANTO EM PRIMEIRO LUGAR

Estado lidera ranking mundial de transparência e governança pública. Índice é publicado anualmente com avaliação dos entes públicos brasileiros



O Espírito Santo com um escore de 90,4 ficou em primeiro lugar na rodada do primeiro semestre do levantamento Transparência Internacional Brasil, seguido por Minas Gerais, Paraná, Rondônia e Goiás – unidades da federação avaliadas como ótimas.

O ranking divulgado pela Transparência Internacional Brasil leva em conta ações comprometidas com os princípios de integridade, transparência, acesso à informação, participação, transformação digital e combate à corrupção. A organização almeja que índice seja uma ferramenta importante para verificação de requisitos em diversos níveis federativos e poderes da República.

A transparência é uma instituição sem fins lucrativos que fomenta práticas de transparência e integridade em governos e empresas. A metodologia é composta por oito dimensões (Legal, Plataformas, Administração e governança, Transparência Financeira e Orçamentária, Transformação digital, Comunicação, Participação e Dados).

O índice é publicado anualmente com a avaliação dos entes públicos brasileiros a partir de critérios essenciais para sua integridade. A intenção é que a ferramenta seja um indicador relevante para cidadãos, a imprensa e os próprios órgãos de controle a fim de que possam comparar a evolução dos níveis de transparência e governança pública do país.

A metodologia avaliou os 27 governos estaduais e distrital e apoiou e capacitou oito organizações da sociedade civil para que fizessem a avaliação dos governos municipais nas regiões onde atuam.

O projeto conta com o apoio do Instituto Clima e Sociedade,

da Fundação Konrad Adenauer Brasil, da Fundação Gordon e Betty Moore de recursos da União Europeia. Leis nacionais aprovadas, nos últimos anos, impulsionaram grandes avanços na transparência e na governança de gestões públicas estaduais, mas ainda temos trabalho pela frente.

O Índice de Transparência e Governança Pública incentiva a elevação contínua de padrões e oferece um mecanismo permanente de monitoramento e promoção da transparência e da boa governança nas esferas estaduais, municipais e federal. ●

A TRANSPARÊNCIA É UMA INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS QUE FOMENTA PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE EM GOVERNOS E EMPRESAS





TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Brasil terá dificuldades para financiar os investimentos em infraestrutura e reformas favoráveis ao crescimento, prevê presidente do Consad. Conselho avalia que as economias latino-americanas emergiram da crise do Covid-19 com maior dívida pública e espaço fiscal muito limitado

As economias latino-americanas emergiram da crise do Covid-19 com maior dívida pública, tal como a porcentagem do PIB e o espaço fiscal muito limitado, alerta o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), Bruno Magalhães D’abadia.

Na compreensão do dirigente, com a alta dos preços elevada em todo o mundo, o aumento dos juros tornará mais difícil para o Brasil financiar os investimentos necessários em infraestrutura e outras reformas favoráveis ao crescimento.

Com a pandemia, foi perceptível um aumento na compreensão da importância dos governos municipais e estaduais. Sejam por políticas emergenciais, epidemiológicas ou empregatícias, muitas comunidades hoje contam com as instituições locais.

Por meio de programas de subsídios focados localmente, coletivas de imprensa regulares, desde a pandemia a sociedade têm uma atenção renovada pelas políticas subnacionais. Atualmente, portanto, é essencial aumentar as formas e a frequência com que o poder público interage com os cidadãos.

Uma medida importante para os novos tempos, na interrelação do Consad, diz respeito a se investir no treinamento de servidores com o conjunto de habilidades certo para substituir uma força de trabalho envelhecendo é um dos maiores problemas do setor público atual.

Especialmente porque existe um número crescente de funcionários que estão se aposentando ou se aproximando da aposentadoria. Estratégias viáveis para o setor governamental incluem competir com o setor privado por talentos e considerar olhar para fora de sua geografia local, além do papel determinante no fornecimento de programas rigorosos de treinamento.

É necessária também, prossegue o Consad, dar atenção à preparação para uma força de trabalho crescentemente remota ou híbrida. Embora a pandemia tenha imposto uma aceleração desse fenômeno, tal tendência se mostrava já presente



Divulgação

“ Embora alguns governos já tenham instituído cortes significativos de pessoal, a maioria não sentirá o impacto total dos orçamentos de pandemia até o ano orçamentário de 2023 e além ”

Bruno Magalhães D’abadia,
presidente do Consad

desde quando a tecnologia passou a permitir essa possibilidade.

Grande parte dos governos, no entanto, ainda está sobrecarregada por processos antiquados e ineficientes para seus funcionários e os cidadãos. Adicionalmente, os regulamentos de distanciamento social e as preocupações com a saúde fecharam fliais de instituições públicas e interromperam operações diárias.

Desse modo, em um curto período do tempo, os governos tiveram que se adaptar a uma força de trabalho remota que precisava de acesso digital a documentos, bancos de dados e infraestruturas vitais de TI, conclui Bruno Magalhães D’abadia. ●



Consad divulga relação de boas práticas de governos locais brasileiros



A relação de boas práticas de governos locais resulta de iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) divulgada no book Transição de Governo, em outubro de 2022. Os exemplos foram agrupados em sete quesitos: Eficiência da Administração Pública, Prestação Digital de serviços Públicos, Número Suficiente para Identificação, Governo como Plataforma Digital, Laboratório de Inovação, Governança Digital e Outros Aspectos Relacionados ao Governo Digital.

O Consad, criado em novembro de 2000, reúne representantes das instituições públicas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, visando à troca de experiências e à busca de soluções criativas para o aperfeiçoamento da gestão pública no Brasil. Com foco em pensar modelos de gestão pública com foco em resultados e voltados para o bom atendimento ao cidadão, a instituição mantém espaços permanentes de troca de experiências e de discussão sobre boas práticas de gestão pública.

EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Desburocratização, Inovação, Transformação Digital e Participação do Cidadão

INTEROPERABILIDADE DE SISTEMAS

Os bancos de dados dos estados e municípios contêm uma grande quantidade de dados pessoais dos seus cidadãos. Quando da solicitação de serviços públicos, o compartilhamento automatizado dos dados entre as instituições dos estados pode facilitar o acesso aos serviços públicos e dar mais agilidade e qualidade às respostas esperadas pelos cidadãos.

A interoperabilidade de dados entre os órgãos do próprio governo visando reduzir as exigências desnecessárias ao usuário quanto à apresentação de informações e de documentos.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

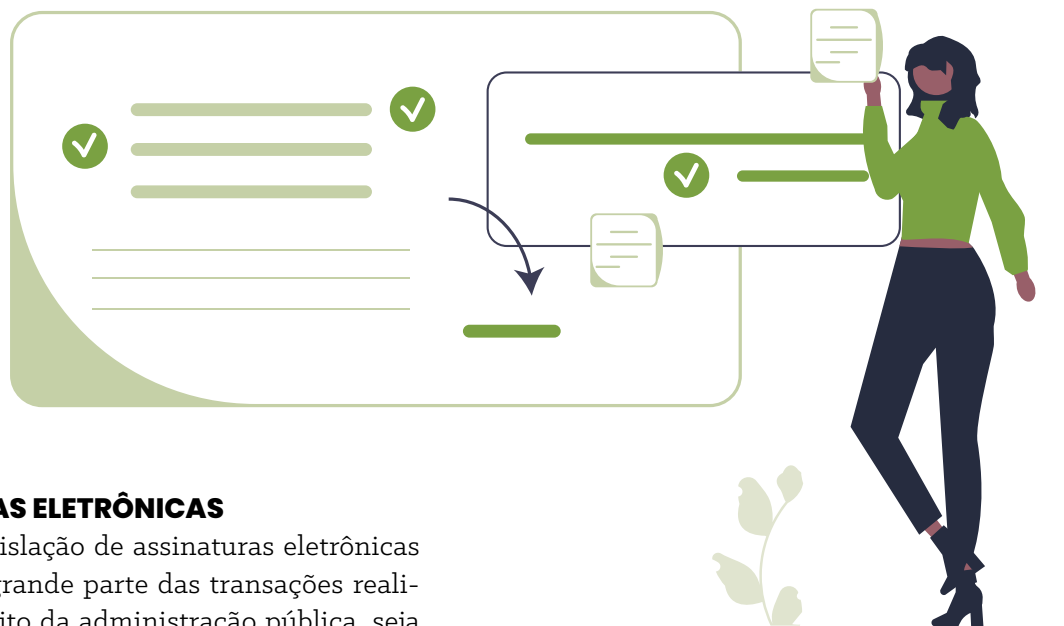


FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO SERVIDORES PÚBLICOS

Os governos digitais trazem a exigência de mudanças muito mais profundas e permanentes. Por isso, a administração pública precisa formar servidores públicos que entendam como essa realidade muda não apenas o que os governos devem fazer, mas principalmente como mudam também a sociedade e suas necessidades.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.



ASSINATURAS ELETRÔNICAS

A atual legislação de assinaturas eletrônicas permite que grande parte das transações realizadas no âmbito da administração pública, seja entre agentes públicos ou de agentes públicos com a população, que possa ser feita de forma simples e com garantia de segurança.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul.

PLATAFORMA ÚNICA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Disponibilizar Plataforma Única de Serviços Públicos que permita o acesso aos serviços públicos de forma eficiente e rápida, possibilitando ao cidadão solicitar atendimento e acompanhamento da entrega dos serviços públicos é fundamental para os governos digitais de sucesso.

Um governo como plataforma compreende muito mais do que simplesmente a oferta de serviços para consumo pela sociedade. Ele proporciona uma nova maneira de relacionamento entre sociedade e governo, com a presença da sociedade mais atuante e colaborativa.

Assegura ainda a capacidade de evolução do negócio inerente à área pública, possuindo potencial para adoção de modelos de negócio disruptivos e melhorando continuamente a sua forma de operar.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Acre, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.



PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Base Nacional e Estadual de Serviços, Cartas de Serviços e Plataforma de Serviços

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO ELETRÔNICO

Sistemas de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho, tendo como principais características:

- Liberação do paradigma do papel como suporte físico para documentos institucionais;
- Compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

Instituir plataforma de tramitação de processo eletrônico é fundamental para promover a eficiência administrativa.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Todos os estados respondentes da pesquisa, exceto São Paulo, Tocantins e o Distrito Federal encontram-se em processo de digitalização de seus processos burocráticos.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

FORMAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM REDES DE CONHECIMENTO

Estimular as equipes técnicas envolvidas na transformação digital a participarem de Redes de Conhecimento como a rede GTD.GOV e Rede GOV.BR.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL

A elaboração, manutenção e institucionalização de uma Estratégia de Governo Digital é um dos mecanismos mais eficientes para assegurar que as ações de governo digital sejam direcionadas às prioridades de governo e executadas com uma governança que assegurem resultados ao governo e à população.





NÚMERO SUFICIENTE PARA IDENTIFICAÇÃO

Cadastro de Pessoa Física e Pessoa Jurídica

LOGIN ÚNICO

O Login Gov.br é o acesso único do cidadão para todos os serviços públicos Federais e Estaduais. Sendo que, o Governo Federal, tem como meta ter todos os serviços públicos federais utilizando o Gov.br como identificação do cidadão até dez/2022.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

GOVERNO COMO PLATAFORMA DIGITAL

Ampliação da transparência com abertura dos dados para sociedade e Interoperabilidade de Dados Intergovernamentais

PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS

As plataformas governamentais de dados abertos são importantes e estratégicas para promover o conhecimento aberto.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



GESTÃO POR DADOS E EVIDÊNCIAS

Uma das áreas que tem evoluído muito nas organizações mais avançadas refere-se ao uso de dados como instrumento de tomada de decisão. Os dados permitem análise dos fatos que ocorrem nas organizações, além de permitir inferências e orientar ações estratégicas e operacionais.

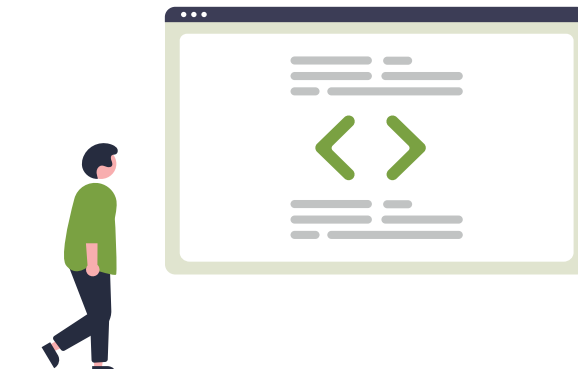
Os governos detêm volumes imensos e históricos de dados muito relevantes em áreas como educação, saúde, segurança pública, meio-ambiente, agricultura, entre outros.

A utilização inteligente desses dados poderá revolucionar a gestão pública com maior compreensão de seus fenômenos e determinação de novos rumos. É

urgente a tomada de ações para aplicação da ciência de dados nos dados públicos.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Em poucos estados se encontram boas práticas nessa dimensão, devido à necessidade de altíssima especialização para sua aplicação. Estes são Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO

Gestão Pública, Prestação de Serviços Públicos, Tratamento de Dados e Participação Cidadão

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO

Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESTA DIMENSÃO?

Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



SIMPLIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS COM O FOCO DO CIDADÃO

Estamos numa sociedade em que a interação passou a ser muita intensa e instantânea. Por outro lado, muitos processos governamentais ainda não exercitam esta dinâmica na transformação de seus serviços de forma clara às necessidades da população.

O Governo Digital pressupõe maior participação da sociedade na melhoria dos serviços públicos e, para tanto, as tecnologias disponíveis podem contribuir significativamente para o processo de engajamento das pessoas.

É fundamental estimular a simplificação de serviços públicos com foco na jornada do cidadão e na promoção de uma transformação digital para além da digitalização de um processo burocrático.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

GOVERNANÇA DIGITAL

(Monitoramento da estratégia, monitoramento, auditoria e plano de risco na Prestação de Serviços Públicos Digitais – monitoramento da transformação digital dos serviços públicos e da satisfação do cidadão com os serviços prestados)

COMITÊ GESTOR DO GOVERNO DIGITAL

O Governo Digital pode ser um alavancador das transformações dos processos e serviços públicos nos próximos anos. As mudanças propiciadas pelo Governo Digital demandam um novo modelo de Gestão, tendo em vista que seu alcance pode abranger todas as áreas do governo.

Neste sentido, para que se alcance os resultados esperados, é necessário que se estabeleçam novos processos e modelos de trabalho e um novo conceito compatível com a cultura digital.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

OUTROS ASPECTOS RELACIONADOS AO GOVERNO DIGITAL

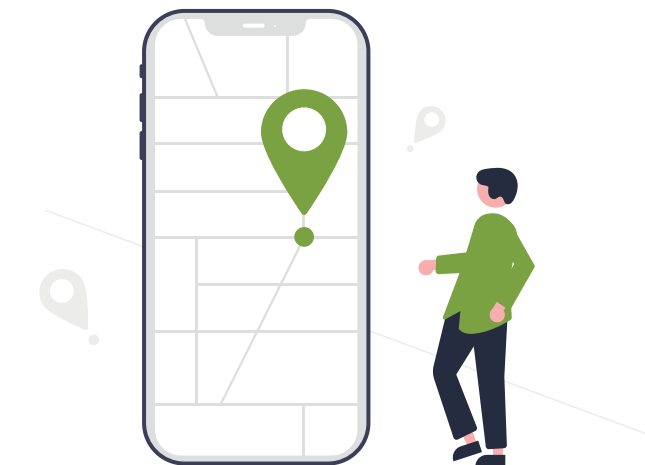
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INOVADORAS

Um dado positivo das administrações públicas estaduais e que pode ser um fator básico para a transformação digital nos próximos anos é que a maioria dos estados vem se preparando por meio da adoção de soluções tecnológicas na automação de seus processos e na melhoria de seus serviços.

Este estágio atual é um facilitador para que se pense numa nova perspectiva de observar os processos e a prestação de serviços numa ótica digital em que a sociedade está vivendo.

● ONDE ENCONTRAR BOAS INICIATIVAS NESSA DIMENSÃO?

Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.



Buscando a excelência na



administração pública



IBAP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARCERIAS INSTITUCIONAIS



IASIA
International Association of Schools
and Institutes of Administration



DPADM/ONU
Divisão de Administração Pública e Gestão
do Desenvolvimento das Nações Unidas



IBADE

INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO
E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO

CONFIANÇA
SEGURANÇA
EXPERIÊNCIA

*Mais de **400** concursos
públicos e processos
seletivos realizados pelo
Presidente por todo Brasil*

www.IBADE.org.br



CONSA
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

